Seminário Lançamento do Livro: Desafios para Moçambique

6 de abril de 2022 | Universidade Católica de Moçambique, Lichinga

**«SE ALGUÉM ESTÁ CANSADO DE VIVER»
A ECONOMIA INFORMAL, O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL**

Ruth Castel-Branco

A relação histórica entre o Estado moçambicano e os trabalhadores informais é paradoxal. Por um lado, o Estado exalta o empreendedorismo como resposta ao desemprego generalizado. Por outro, despreza os trabalhadores informais, considerando-os uma afronta à ordem política e social. A «Operação Produção» – que resultou na deportação de cerca de 100 000 habitantes urbanos entre 1983 e 1986 – é um exemplo flagrante. Acusados de serem «parasitas» e «marginais», todos aqueles sem trabalho «legítimo» – geralmente emprego assalariado na economia formal – corriam o risco de deportação. Mas mesmo hoje, os trabalhadores informais são marginalizados, expropriados e violentados – seja verbalmente, fisicamente ou sexualmente - pelas forças de repressão do Estado.

A declaração do Estado de Emergência com a pandemia da Covid reforçou esta relação contraditória entre o Estado e os trabalhadores na economia informal. Se por um lado os trabalhadores tornaram-se mais visíveis politicamente – pois exercem funções essenciais: a produção e venda de bens de primeira necessidade, a realização de funções de limpeza e segurança, a distribuição de produtos para o combate à pandemia, etc. (RdM, 2020) – também foram transformados num bode expiatório, culpados pela fragilidade de resposta do Estado. *“Quero humildemente dirigir-me aos meus compatriotas que estão nos mercados” disse o nosso presidente em plena vaga, “respeitem a vida, usem corretamente as máscaras, lavem frequentemente as mãos, observem o distanciamento social. Se alguém está cansado de viver, é melhor ele próprio tomar uma decisão do que prejudicar a maioria.”*

Mas qual é o papel do Estado na construção de vidas que não cansam viver? Este artigo analisa a relação entre o trabalho e a protecção social em Moçambique. Defende que o Estado tem um papel redistributivo, mas este papel tem sido ofuscado pelos interesses de classe da nossa elite

política. Para a recuperação deste papel, é necessária a reivindicação social. Mas não é suficiente reivindicar a apenas a protecção social, pois a capacidade redistributiva do estado tem sido enfraquecida pela estrutura extractivista da nossa economia. É necessário reformar o nosso modelo económico.

A economia informal

Em Moçambique, apenas 12% da população economicamente activa são trabalhadores assalariados. Os remanescentes são trabalhadores por conta própria, a grande maioria deles camponeses e pequenos comerciantes. O discurso político assume que os trabalhadores por conta própria escolheram a informalidade e que devem ser penalizados por tal. A formalização, nesta conceção esta limitada a inscrição de trabalhadores informais no regime tributário. Mas estudo apos estudo mostra que a maioria dos trabalhadores informais por falta de outras opções: isto é, ou porque não existe emprego, ou porque o emprego é tao precário que é essencialmente informal. A formalização, neste contexto, implica:

- A geração de emprego digno
- A fiscalização do trabalho assalariado
- A extensão de protecções laborais aos trabalhadores informais, incluindo a segurança social.

O papel da segurança social

Em Moçambique a segurança social é um direito para todos os cidadãos, mas a grande maioria não conseguem reivindicar este mesmo direito. Por um lado, o subsistema da Segurança Social Obrigatória foi criado com os trabalhadores assalariados em mente e os trabalhadores informais não se enquadram facilmente: não têm uma entidade empregadora, os seus salários são baixos e irregulares, e os custos de formalização são proibitivos. Por outro, não eram suficientemente pobres para beneficiar da Segurança Social Básica.

Em 2015, o Governo decidiu estender a Segurança Social Obrigatória aos trabalhadores informais, fixando uma taxa contributiva de 7 % do rendimento mensal declarado pelo

trabalhador, que não pode ser inferior ao salário mínimo do sector em que o trabalhador está enquadrado. Segundo o Instituto Nacional de Segurança Social, 52 780 trabalhadores informais estão inscritos no subsistema, o que corresponde a apenas 1 % da população. Além disso, três quartos dos inscritos desistiram do subsistema dada a falta de informação fidedigna, que cria falta de confiança no subsistema; os elevados custos, particularmente em relação à qualidade de benefícios; e os procedimentos administrativos, que frequentemente são onerosos

Entretanto, a Segurança Social Obrigatória que proporciona transferências monetárias a pessoas vulneráveis vivendo em situação de pobreza absoluta, exclui a maioria das pessoas com capacidade para o trabalho. Com a crise da Covid-19, o Governo aprovou o alargamento do Programa de Apoio Social Direto Emergência. Dada a dificuldade de identificação dos mais pobres num contexto de pandemia, o Estado optou por uma cobertura quase universal de agregados familiares vulneráveis em distritos prioritários. O alargamento do Programa de Apoio Social Direto Emergência constituiu uma resposta inédita. As metas de cobertura mais do que duplicaram o actual número de beneficiários inscritos no subsistema da Segurança Social Básica; e a transferência era incondicional, mesmo para adultos em idade activa. Além disso, o valor da transferência foi fixado em 1500 MT, o que é superior às outras transferências monetárias e reflete o reconhecimento de que as outras são insuficientes. Finalmente, a sua implementação requereu uma maior articulação entre os eixos contributivos e não contributivos da protecção social.

Houve desafios. O primeiro desafio foi que o programa era financeiramente dependente de um fundo fiduciário multi-doador presidido pelo Banco Mundial, cujas condicionalidades provocaram atrasos no desembolso de fundos. Em segundo lugar, o processo de contratação de um prestador de serviços privados foi extremamente complicado. Porque se trata de uma nova área de operação, os provedores de serviços não dispunham das infraestruturas necessárias: enumeradores para registar beneficiários, sistemas integrados de gestão de informação, pontos de pagamento com a liquidez necessária, etc. Logo, os prestadores cobraram uma taxa exorbitante, tornando os pagamentos electrónicos mais dispendiosos para o Estado do que os pagamentos manuais por funcionários do Estado. Além disso, muitos dos beneficiários são

peças idosas ou analfabetas e têm dificuldade em utilizar um telemóvel; enquanto outros vivem em regiões sem rede de telefonia móvel e elétrica, tornando os pagamentos electrónicos inviáveis. Em última análise, é necessário alargar a presença do Instituto Nacional de Acção Social a nível local. No entanto, isso exigiria um aumento das dotações orçamentais e uma expansão da função pública – improvável num contexto de austeridade.

Não existe uma única abordagem para a inclusão dos trabalhadores informais na protecção social. A economia informal é extremamente diversificada e estratificada por tipo de atividade, formas de organização e estruturas de rendimento. Portanto, é necessário considerar abordagens diferenciadas que respondem às várias realidades dos trabalhadores informais, incluindo a ausência de um empregador e a irregularidade dos rendimentos. As medidas de Segurança Social Não-Contributiva introduzidas durante a pandemia podem servir com base para um sistema redistributivo mais robusto. Mas no reforço do papel redistributivo do Estado, é importante não absolver os empregadores da sua responsabilidade de reprodução social.